



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

2ª REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE E CUIDADO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA

Data: 09/04/2021 – 14:15 às 16:15h

A 2ª reunião da Coordenação Executiva do COMITÊ foi realizada por videoconferência conforme as recomendações do Governo do Estado e Prefeitura do Recife, com link via pelo Google Meet, encaminhado aos grupos de WhatsApp desta Comissão, pela assessora de comunicação Angélica Araújo.

PAUTA:

1. Planejamento (campanha e fluxos);
2. Parceria com a Childhood Brasil;
3. Formação de nivelamento;
4. Formalização da parceria com a Consultoria Interkonexus;
5. Informes.

Participantes: *Eduardo Paysan Gomes (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos/ COMDICA), Dra. Claudia Jane Vasconcelos Albuquerque (OAB/PE); Tanany Frederico dos Reis (1ª e 2ª VCCA, Augusto Lepre de Souza (UNICEF); Josinês Barbosa Rabelo (Secretaria de Saúde – CERCCA); Gorete Vasconcelos e Benedito Rodrigues (Consultoria Interkonexus).*

Técnicos: *Luiz Eduardo (Comunicação) e Roberta Sartori, (Sociopedagógico).*

Apresentações

Esta foi a segunda reunião da Coordenação Executiva do Comitê de Gestão Colegiada da Rede e Cuidado de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vitimas ou Testemunhas de violência na modalidade do ano corrente online pela plataforma Meet com abertura de sala virtual por Luiz Eduardo (assessor de comunicação/COMDICA), tendo início às 14h15min.

Gorete Vasconcelos iniciou a sua fala, explicando que em conversa com Benedito Rodrigues, fizeram uma reflexão que, para fazer o alinhamento teórico, que deveria acontecer com todos os componentes e não apenas com a coordenação executiva do comitê, mas com a rede de proteção como um todo, que vai exigir um pouco mais de tempo, pois tem a pauta que trata da Consultoria Interkonexus, onde estarão apresentando uma proposta do que já se foi conversado, em relação a parceria com a Childhood Brasil, como também o Relatório de Diagnóstico, que foi encaminhado por Roberta Sartori para todos que compõe o comitê, subentendendo que foi feita a leitura, para que seja discutido junto com apresentação que será feita pela Consultoria Interkonexs. Então fica inviável dar conta desses três pontos até as 16h00min. Lembrou ainda do ponto que foi sugerido na reunião do dia 26/03/2021, que é em relação à campanha. Sugeriu então, que se marque um momento com o comitê como um todo, visto que é um alinhamento. Disse ainda que falou com Eduardo Paysan, para que fosse socializado nesta reunião.

Eduardo Paysan colocou que não conseguiu fazer a leitura da pauta encaminhada para esta reunião, se desculpando com os demais, por estar em uma correria grande, mas o que está na pauta foi tudo que se conversou na reunião passada, sobre o aprofundamento deverá ser feito com toda a rede de proteção que compões o comitê. Nesta reunião da coordenação executiva, é para que se prepare o que vai ser discutido com o grupo todo.

Gorete Vasconcelos disse que em seu entendimento, seria para hoje essa apresentação com os três pontos mencionados e que ficou bastante apreensiva em relação ao tempo.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Nesta reunião faz o alinhamento para a reunião do dia 30/04/2021, e que neste dia será feita a aprovação do Regimento Interno, sem fazer a leitura do documento, visto que já foi encaminhado para todos fazerem a leitura, encaminhar as suas sugestões e ficar apenas para a aprovação, e o restante do tempo, fica disponível para a apresentação da Consultoria Interkonexus. Explicou ainda, que a coordenação executiva fará uma retrospectiva de tudo que foi trabalhado no ano de 2020, trazendo o histórico através da Lei 13.431, onde Eduardo Paysan colocou que no máximo em 10 (dez) minutos consegue fazer esse histórico. Registrou a participação de Aurely Macedo e Ieda Acioly, ambas fazem parte da equipe técnica sociopedagógica do COMDICA. Disse ainda que encaminhou a ata da reunião passada para os e-mails, e finalizou fazendo a leitura da pauta e não havendo nenhum ponto de pauta a ser acrescentado, passa a palavra para os membros da coordenação.

Eduardo Paysan colocou que Augusto Souza, estava verificando algum vídeo sobre a Lei 13.431 e tudo relacionado e que tem haver com a campanha. Explicou que não foi possível retomar o diálogo com a Childhood Brasil, não conseguindo falar com o Sr. Itamar. Além do mais, precisa verificar os trâmites referente a contratação dos serviços da Consultoria Interkonexus (fases 2 e 3), para que façam a adequação do plano de trabalho, com a questão das horas trabalhadas, para que posso conversar com o setor financeiro do COMDICA.

Gorete Vasconcelos contou que teve uma conversa com a Childhood Brasil, para tentar entender com qual medida e de que forma eles entrariam na parceria com o comitê, o Sr. Itamar solicitou que fosse feita uma proposta. Então durante a semana trabalhou junto com Benedito Rodrigues, incluindo outras fases e outros produtos, já que se terá um aporte financeiro por parte da Childhood Brasil, e para discutir também com a coordenação executiva do comitê, coordenação e setor financeiro do COMDICA a viabilidade deste trabalho. Informou ainda que, a proposta está pronta e que gostaria de apresentar junto com Benedito Rodrigues nesta reunião. A proposta foi encaminhada para o Sr. Itamar para ele desse uma avaliada. Itamar disse que irá conversar com Eduardo Paysan, porque a Childhood Brasil está captando esse recurso, tendo 99% de chance de ter esse aporte financeiro, mas que só irá participar da reunião quando estiver com o dinheiro na conta, para que não fique na expectativa do vir a ser, mas o do acontecer mesmo. Disse ainda, que queria ter compartilhado a proposta com Eduardo Paysan e Simone Maria (setor financeiro do COMDICA), mas que não foi possível ainda. Entrou em contato com Simone Maria, a mesma solicitou algumas documentações, mas achou por bem não adiantar nada antes de acertar as questões mencionadas, para que não seja preparado o contrato e tenha que refazer, o que acaba gerando um retrabalho.

Roberta Sartori informou que em relação ao tempo de apresentação e falas dos participantes na reunião do comitê no dia 30/04/2021, conversou com Luiz Eduardo (setor de comunicação COMDICA) para ver a possibilidade de colocar na tela, um cronômetro para marcar o tempo de fala de cada participante, pois se sabe que haverão muitos questionamentos, perguntas e indagações. Informou ainda, que os questionamentos, perguntas e indagações ficariam para o final da apresentação da Consultoria Interkonexus, porque enquanto estiver havendo uma apresentação com o cronômetro fixo na tela, não aparecerá o rosto de quem estiver falando. Lembrou ainda, que esta reunião de hoje é justamente para discutir os detalhes de todo o processo da reunião do dia 30/04/2021. Colocou que no chat, Eduardo Paysan sugeriu 03 minutos de fala seria um tempo razoável para cada participante fazerem suas colocações e/ou perguntas, informando que Luiz Eduardo está acompanhando a reunião e que, conforme for deliberado o tempo, ele já irá ajustar o cronômetro.

Benedito Rodrigues disse em sua fala, que em seu entendimento a reunião de hoje, seria para a Consultoria Interkonexus apresentar como seria a programação do alinhamento que será feito na reunião do dia 30/04/2021, como também discutir a proposta da Consultoria Interkonexus. Ficando no primeiro momento a apresentação do diagnóstico e em seguida apresentar o porquê da Lei 13.431, onde o próprio diagnóstico fala. Continuou que nesta reunião de hoje, será apresentada a estrutura da apresentação.

Gorete Vasconcelos explicou que fez uma apresentação bem simples, trazendo os principais resultados para que sejam discutidos. Em sua apresentação para a reunião do dia 30/04/2021, colocou: Os objetivos da análise; Os principais gargalos da rede de proteção, porque esses gargalos foram feitos item por item (Educação, Conselho Tutelar, Assistência Social...), então para não ficar muito grande, fez em âmbito geral e que contemplem toda a rede de proteção.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Augusto Souza trouxe como sugestão no tocante à fala de Gorete Vasconcelos, sabendo ser impossível com o tempo que se tem não terá como entrar em detalhes de rede de proteção, mas que ao mesmo tempo um aspecto importante, pensando em um processo de formativo é que as pessoas se vejam nesta fala, no sentido de que quando Gorete Vasconcelos estiver falando dos problemas da rede de proteção, da falta de intersectorialidade ou de referenciamento e contra referenciamento, a pessoa não entenda que a fala não seja para ela, exemplo: um técnico do CRAS não ache que a fala feita, está sendo direcionada para um técnico da Saúde da Família, e que este não esteja falando sobre a Educação. Não será necessário fazer um slide para cada segmento, mas um slide ou ponto em que, por exemplo, escreve Conselho Tutelar e a principal questão, Assistência Social e a principal questão, marcando os principais atores e atrizes da rede de proteção, por conta da preocupação de evitar que o problema esteja sempre no outro e nunca consigo.

Josinês Rabelo reforçou a fala de Augusto Souza, no tocante a importância dos atores e atrizes se verem participando e conseguir identificar o seu serviço e a política na qual trabalha, dando possibilidade de um olhar diferenciado, de como mudar essa situação.

Eduardo Paysan lembrou que a reunião do comitê acontecerá no dia 30/04/2021, tendo assim um tempo para se organizar. Sendo uma retomada, um ponto de partida de uma retrospectiva muito importante, precisa correr para fazer a chamada geral para cada órgão e/ou instituição informar os seus representantes, para que na reunião do dia 30/04/2021, participem os membros que irão continuar no comitê, evitando assim, que posteriormente entrem outras pessoas e percam esse momento importante. Sabendo ainda, que o relatório produzido pela Consultoria Interkonexus foi encaminhado com antecedência para que todos façam a leitura e na reunião façam as suas considerações do que foi lido. Disse ainda, que essa solicitação de confirmação na representação dentro do comitê será colocada no grupo do whatsapp, como também será feita a formalização através de ofício, para que possa sair à nova publicação no Diário Oficial do Município. O ofício será encaminhado para todos os órgãos e/ou instituições, principalmente por conta da mudança da gestão municipal.

Gorete Vasconcelos colocou no tocante a sugestão de Augusto Souza ser muito interessante, mas que existem muitas coisas que se repetem, por exemplo: a questão da segurança dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, tornando uma dificuldade para que seja feita a notificação, por terem medo de represálias dos atores da violência, principalmente a Educação, Conselho Tutelar e a Saúde, todos pontuaram essa mesma coisa, então para ser mais objetivo na apresentação, sugeriu que o que fosse comum a todas as áreas, destacaria como sendo gargalos do sistema, e trabalharia outro tipo de gargalo que seriam os específicos, ressaltando os mais importantes.

Augusto Souza colocou que será ótimo, sendo um resultado da sistematização da Consultoria Interkonexus, sendo justamente esta leitura de que existem gargalos comuns de toda rede de proteção, como também existem gargalos específicos de cada engrenagem da rede de proteção, destacando os mais importantes.

Benedito Rodrigues pontuou que pode dizer qual foi o gargalo mais destacado por todos, e quais foram o que mais mobilizaram as pessoas na hora da escuta. Disse ainda, que existe uma compreensão muito generalizada dos principais problemas da rede de proteção, existindo certo sentimento das pessoas em relação a isto, o que já vai ajudar muito nas discussões da superação dos entraves.

Eduardo Paysan colocou que cada realidade é uma, mas que existe uma certa “radiografia” da cidade do Recife, mas acreditando no que foi levantado, na apresentação que será feita por Benedito Rodrigues, elencar alguns pontos do que tem que se vir a trabalhar, seja no planejamento dos fluxos e na formação, como será trabalhado dentro do comitê.

Benedito Rodrigues falou ser interessante a fala de Eduardo Paysan, por sempre pensar que uma das ideias da criação do comitê de gestão, de se criar uma coordenação e uma organicidade da rede de proteção, podendo se discutir a Escola que Protege, checar de que, por falta de outros mecanismos, o que ela está se tornando e tendo o perigo da Escola que Protege virar um certo crivo do que denunciar e do que não denunciar, que precisa se pensar mais detalhadamente. Perguntou a Eduardo Paysan como se articula esses comitês por territórios e trouxe como exemplo: Bairro do Ibura, os comitês das escolas, com este Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, no sentido de se criar uma organicidade e não se ter situações paralelas. Explicou que na proposta de apresentação da Consultoria Interkonexus, existe um aspecto, que



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

está sendo proposto trabalhar com o comitê de que: Qual o modelo de gestão que este comitê vai adotar no escopo do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas em relação à rede de proteção do município? E como esse comitê vai equacionar, por exemplo, culturas organizacionais de participações distintas? Sabe-se que a assistência social tem, mas quando se começa a ter a participação da polícia e do poder judiciário, as culturas de reuniões organizativas são distintas e acaba tendo muitos choques nessas reuniões. Muitas vezes falam que participam das reuniões, mas que é muita conversa e que não se chega a lugar algum. Então existe essa cultura organizacional que precisa ir equacionando, para que garanta a participação mais integrada. Disse ainda, que essa integração com os comitês, foi à solução encontrada em Vitória da Conquista- BA, onde em conversa com o secretário municipal, este criou um comitê encarregado de prevenção, capacitação e acompanhamento dos casos de violência dentro da própria Secretaria Municipal. Com isso criou-se uma Portaria em que cada política setorial, foi identificando o seu grupo que ficará responsável para manter a capacitação na própria estrutura setorial, manter a articulação com os outros órgãos da rede de proteção. Vai se passar ainda por um teste depois desse desenho, que será o funcionamento do dia a dia, não sucumbe ao império das emergências, a rotatividade dos funcionários que é muito grande, mas ajuda a pensar que mecanismo pode ser adotado para ter um esquema de coordenação da rede proteção. Essa ambiência que está sendo criada vai se construir algo bastante legal, fazendo bastantes exercícios, ficar muito juntos para criar outra cultura, sabendo que criação de cultura não é fácil, então é preciso insistir. Disse ainda, que preparou os tópicos que serão apresentados na reunião do comitê do dia 30/04, sobre a Lei 13.431.

Eduardo Paysan lembrou que seria importante trazer essas questões para dialogar, identificando os gargalos para se propor dentro do comitê, sendo importante afinar as questões. Pensou ainda, se não seria o caso de convidar os secretários das pastas das Secretarias para participarem desta reunião do dia 30/04, onde serão apresentados os diagnósticos, essa criação de ambiência com eles. Disse ainda que em Vitória da Conquista/BA, os secretários foram fundamentais, tendo um canal direto com eles. Sugeriu fazer uma apresentação mais curta, com o objetivo de prender a atenção dos secretários por pelo menos 1 hora.

Gorete Vasconcelos falou que tudo trazido até agora é de muita importância, precisando ter acesso e compreensão de como está sendo essa parceria, porque um dos gargalos é a questão da notificação, tanto por parte do SINAN (Sistema de Agravos de Notificação) quanto da rede de proteção, no sentido dos desencontros dos dados e das estatísticas que não batem. Então é preciso entender esse trabalho que está sendo feito via Escola que Protege, para que eles venham a somar e propor em termos das oficinas. Se os secretários das pastas estiverem será bárbaro, mas como bem falou Benedito Rodrigues, as resistências as mudanças é algo muito natural dos seres humanos, e essa proposição envolve mexer com os níveis macro, intermediário e micro, sendo este último nível que é quem faz a política acontecer, que são os profissionais. Então essas estratégias precisam ser muito bem costuradas, para que se quebrem aos poucos essas resistências, para quando for trabalhar nas oficinas, encontrarem um campo menos resistente, sendo este o momento de se ir trabalhando essa ambiência, não correndo o risco dessas oficinas não obterem o sucesso desejado, pois será nessas oficinas que se farão as pactuações para as mudanças.

Eduardo Paysan disse ainda, que poderia estar tentando sensibilizar através da Secretária Executiva Elizabeth Godinho e através da Secretária Ana Rita Suassuna, encaminhando para ambas o relatório elaborado pela Consultoria Interkonexus e falando da importância de estarem presentes o máximo de secretários e ou os executivos, sendo um nível hierárquico maior de cada pasta, mas acredita também que possam tentar a sensibilização para todo o sistema de garantias de direitos, ou seja, até o Ministério Público que ficou de acompanhar e monitorar mais de longe, mas que sejam convidados para participação nesta reunião do dia 30/04, para que veja o que está sendo trazido e também colocar algumas observações. Então seriam os atores estratégicos que estariam no momento dessa repactuação inicial do comitê. Fazendo ainda um esforço para a retomada com a polícia, e CEDCA (Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente), até porque este está elaborando o comitê estadual e terão coisas que remeterão ao comitê municipal.

Benedito Rodrigues explicou que, o que a Consultoria Interkonexus pensou (consta na proposta), em uma reunião do comitê municipal junto com o comitê estadual para que juntos façam uma sensibilização aos secretários do Estado de Pernambuco, mas também com o Procurador Geral e com o Presidente do Tribunal de Justiça, que foi o que garantiu



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

bastante do sucesso em Vitória da Conquista – Bahia. Estiveram com o Procurador Geral e este chamou a área criminal e civil do Ministério Público, a Defensoria Pública também chamou as duas áreas, o Presidente do Tribunal de Justiça tomou a iniciativa de convocar reuniões, por exemplo, chamaram os juízes que operam na comarca, Então as próprias instâncias estaduais fizeram as convocações. Ao término das discussões, foi apresentado um pouco da proposta metodológica e pedagógica do que vai acontecer. Continuou falando que assim como Augusto Souza falou, navega um pouco pelas áreas / segmentos, destacando que foi o principal de cada um, onde o próprio grupo irá perceber o que está em comum, e então se destaca os principais e o Decreto 9.603 como expressão nacional de uma normativa nacional. Essa Lei veio com o objetivo, tendo uma visão estratégica que está propondo resolver uns gargalos que eram diagnósticos empíricos que estavam sendo feito antes. Em seguida discute-se sobre as diretrizes do atendimento integrado, depois a diferença da escuta especializada e depoimento especial e enfim o que é o depoimento especial. Ainda existem muitas pessoas que sempre pergunta, sendo esta também uma discussão que está se tendo sempre. Ministério Público do Ceará diz que não existe comarca para fazer o depoimento especial, sendo concentrado só na escuta especializada, concentrando apenas em uma parte do processo. Na verdade o que está sendo proposto pela Lei 13.431 é ao contrário, ou seja, para você não focar apenas em uma parte e sim pegar o todo. Então vai seguindo esses passos e exemplificando com o que já existe no país. Sugeriu que se a coordenação executiva deste comitê passasse um e-mail para os demais componentes que estarão na reunião do dia 30/04 de quais seriam as principais questões da Lei 13.431, já poderia direcionar. Ainda existem pessoas que não sabem muito sobre essa Lei, então essa reunião do dia 30/04 será chamada de nivelamento, o que significa que todos vão saber de alguma coisa, pelo menos no que diz respeito ao fundamento, estratégias que a Lei 13.431 está propondo e quais são as suas diretrizes e o que pode provocar de impacto na cidade de Recife. Pode-se preparar ainda, o próximo passo que será as oficinas de construção dos fluxos, mas para isso é preciso apresentar para essa coordenação executiva o que teria em relação aos fluxos e aos passos seguintes ao trabalho, para que possam validar, e na reunião do dia 30/04 já seria apresentada a dinâmica que seria trabalhada nessas oficinas. Explicou que a apresentação será de estratégica e que possui seis pontos, pois a proposta tem os elementos que acreditam ser importantes.

Eduardo Paysan lembra que a partir de uma demanda do Ministério Público, ocorreu uma discussão sobre fluxo de atendimento para adolescentes gestantes, precisando trazer esse fluxo para o comitê, tem também o GT de Proteção à Vida que são processos que precisam estar interligados. Neste planejamento precisa se definir as prioridades, o que está mais gritante e que seja melhor iniciar por ele.

Benedito Rodrigues explicou que a proposta que será apresentada pela Consultoria Interkonexus, é de desenhar um fluxo de atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência para a cidade do Recife, sendo detalhado. Iniciou a leitura da proposta da Consultoria Interkonexus a partir dos objetivos específicos, divididos pelas seguintes fases: **Fase 1:** Mapear e os fluxos praticados e identificar e identificar os entraves de funcionamento e eventuais falhas nos provimento dos serviços (realização entre os meses de outubro a dezembro de 2020). Esta fase já foi realizada, sendo agora a definição dos fluxos; **Fase 2:** Desenhar junto ao comitê de gestão e atores estratégicos do sistema de garantia de direitos os Fluxos Operacionais Sistêmicos de acordo com a Lei 13.431 de 04 de abril de 2017 e Decreto 9.603 de 10 de dezembro de 2018; **Fase 3:** Elaborar o protocolo único de atendimento integrado à crianças e adolescentes vítimas de violência; **Fase 4:** Capacitar atores chaves do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente para implementação do novo fluxo e do protocolo de atendimento integrado. Esta capacitação poderá ser numericamente grande, ou menor com multiplicadores. Neste grupo menor, pode-se capacitar, por exemplo, cinco multiplicadores e estes vão repassar para os demais; **Fase 5:** Construir um modelo de gestão para o comitê e um sistema de monitoramento das ações do sistema de garantia dos direitos para subsidiar os trabalhos do comitê. Este modelo de gestão se parece com um Regimento, mas é maior que este. Pode-se perguntar, por exemplo, se a divisão do comitê em grupos de trabalho funciona ou não? Como seria a organicidade? Como esse comitê faz as reuniões decisórias? Como a cultura do judiciário pode se sentir contemplada nesse comitê? Então a ideia é com base no Regimento Interno, como se pensaria a gestão do comitê para dar conta da cidade do Recife. Cada unidade administrativa vai ter ponto focal? O diagnóstico é uma linha de base qualitativa, mas não é uma linha de base quantitativa, não se sabe quantos casos de violência à cidade do Recife tem. Então seria interessante construir uma



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

linha de base quanti-qualitativa, para que posteriormente pudesse cobrar a gestão. Discutir-se-ia métodos de monitoramento. Na época em que foi secretário executivo do CONANDA, sempre se discutia o que vai se monitorar, se vão monitorar os indicadores? Se haverá uma comissão que irá reunir os dados? Os dados serão coletados de escritórios ou irão contratar alguém para fazer? Então se tem uma discussão longa de como se pode monitorar.

Josinês Rabelo colocou que quando se fala de dados quantitativos, não vislumbra outra forma se ter isto, sem um sistema integrado.

Benedito Rodrigues explica que dentro do planejamento fala de sistema integrado. Trouxe como exemplo, que em Brasília o sistema de atendimento integrado é para toda rede de proteção não só por segmento, podendo pegar o SIPIA (Sistema Nacional de Registro e Tratamento de Informações sobre a Garantia e Defesa dos Direitos Fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente), será possível criar uma aba no sistema e fazer algo geral? Então os sistemas existentes, não conversam uns com os outros, por exemplo, o sistema SUAS (Sistema Único da Assistência Social), não conversa com o sistema SUS (Sistema Único de Saúde), que não conversa com os dados da Educação, são esquemas que não se conversam. A opção que o centro 18 de Maio tomou em Brasília, foi de construir uma ferramenta de gestão dos casos de violência. Os sistemas não comentam todos, mas existe um lugar que inserem os casos que recebem dos outros órgãos, tendo uma aba, para os órgãos fazerem o acompanhamento dos casos, podendo ser esta uma opção.

Augusto Souza perguntou a Benedito Rodrigues se ele está sugerindo um sistema tipo 1º?

Benedito Rodrigues responde que sim, como modelo de gestão dos casos.

Augusto Souza explicou que o tipo 1º é uma ferramenta que as Nações Unidas estão utilizando para gestão de casos, na resposta da migração venezuelana.

Benedito Rodrigues continuou explicando que se não houver dados e não fizer uma resposta baseada na evidência dos dados, teremos pouquíssimas chances de operar sobre o todo. Então o que precisamos fazer para que o comitê de gestão de Recife tenha dados. O desenho significa aqui, pensar em uma organicidade do comitê na cidade do Recife, pensar em linhas de base, pensar quais os sistemas podem nos ajudar a fazer o monitoramento. **Fase 6:** Elaborar um kit para formação permanente sobre o fluxo e o protocolo de atendimento integrado.

Foi pensado em como se vai enfrentar a rotatividade de tantos terceirizados na rede de proteção, no próprio sistema da justiça, porque todos os dias entram pessoas novas. Então se o comitê ficar fazendo formação inicial para todos, não vai conseguir seguir com as outras demandas, porque a rotatividade é muito grande. Foi pensado ainda para agora, uma escola de formação que as Nações Unidas têm que são uns cursos auto-instrucionais, onde você entra na plataforma e faz o curso. O que foi proposto, é que comitê /COMDICA tenha uma plataforma ou lugar que os atores façam isso instrutivamente, que entre e faça o curso sobre o fluxo de atendimento integrado, sobre a Lei 13.431, sobre o comitê. O tempo deve ser investido com reflexões, inovações e superações, sabendo que o debate é muito importante, mas o desgaste que está tendo no nível de formação é muito grande. Esse desgaste é pelo fato de estar sempre retornando. Fazem-se cursos que não consegue agradar a todos, por ser um meio termo, por não ser completamente para as pessoas que chegam e também para as pessoas que já está há algum tempo.

Augusto Souza colocou ter achado bem interessante a ideia de Benedito Rodrigues, sendo um desafio algo que dialogue com todos esses pontos de partes diferentes do sistema de garantia de direitos, não sabendo se um curso dará conta de tudo e de todos, e se um mesmo curso para os juízes, técnicos dos CRAS e médicos legistas, sendo este um primeiro ponto. Disse ainda que levou a pensar além de um curso auto-instrucional, com alguns módulos diferentes com o mesmo conteúdo, seria fundamental ter um local online com os links e PDF's, um lugar onde se possa fazer esse referenciamento e que este garanta atualização e continuidade em um cenário de tantas mudanças.

Eduardo Paysan informou que a assessora de comunicação do COMDICA Angélica Araújo, está fazendo a reformulação no site do COMDICA, acreditando ser um momento apropriado para se tentar colocar essa aba para a plataforma que seja ligada ao comitê, sendo fundamental.

Benedito Rodrigues continuou com a apresentação da proposta, colocando que o desenho do fluxo não será um desenho gráfico automático, mas uma repactuação encima de um fluxo. Então a proposta é de fazer oficinas, percebendo que o trabalho é minucioso e interessante. Primeiro seriam duas reuniões, sendo uma de planejamento com



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

a coordenação executiva para as oficinas, que pode ser apresentada depois da reunião de alinhamento do dia 30/04, e a outra sobre a definição do cronograma das oficinas com os segmentos. Em seguida se haveria uma reunião estratégica com o comitê estadual (CEDCA), com o Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE (Coordenadoria da Infância e Juventude), para criarem ambiência favorável para que o Ministério Público que opera na cidade do Recife participe das reuniões dos fluxos. Pode parecer algo longo e grande, mas em Vitória da Conquista- BA, o prefeito se engajou no processo, os pedidos de audiências eram assinados pelo comitê e Gabinete da prefeitura. O que se pareceu demorado e complicado, foi um extremo facilitador. Depois vem a discussão do diagnóstico com os entraves, para em seguida apresentar os fluxos pactuados no âmbito nacional pela implementação da Lei 13.431. Existe um fluxo e a Childhood Brasil está fazendo versões populares desse fluxo, inclusive podendo chamar a Mariane da Childhood Brasil que ajudou a desenhar. Vai precisar de uma pessoa que opere o programa de fazer fluxo, que esteja mais ou menos disponível para acompanhar as reuniões. Explicou como foi feito em Vitória da Conquista-BA. Sentou com o Conselho Tutelar e a Saúde, onde se discutiram todos os problemas, os encaminhamentos mal feitos, as más comunicações entre Saúde e Conselho Tutelar e depois falaram o que poderia ser melhor e de como seria o fluxo. Depois Conselho Tutelar e Educação onde falaram tudo que queriam um para o outro, reclamaram uns dos outros ocorrendo até um bate- boca inicialmente. Após isso, foi se verificar como seria o fluxo: Como será feito o comunicado para o Conselho Tutelar? Quem comunica? Depois foi feito com a Assistência Social, em seguida Conselho Tutelar e Segurança Pública, neste momento os conselheiros tutelares falaram das dificuldades que tinham em relação ao Departamento Polícia da Criança e do Adolescente –DPCA, esta por sua vez falou das suas dificuldades também. Casa segmento olhou seu fluxo nacional e observou o que poderia ser diferente, e depois foi o fluxo bilateral. Em seguida foi à vez de Segurança Pública e o setor de justiça, onde a DPCA falou o que podia, foi feita uma reunião bilateral entre o sistema de justiça, saindo um pasto entre a justiça e o segmento. Então primeiro foram oficinas por segmentos, onde olharam aquele fluxo nacional e sinalizaram o que contempla ou não. O fluxo nacional é por raias de segmentos: Saúde, Educação, Ministério Público e os demais, sendo esse fluxo inter-segmentos. Depois de tudo isso pactuado por partes, voltou para a plenária do comitê para validar o fluxo. Cada reunião desta tinha essa pessoa que operava o sistema, esse software de elaboração de fluxo e ia fazendo os ajustes. Percebe-se que se trata de um processo laborioso, intenso, mas não só é um processo de se fazer um desenho gráfico do que será seguido, mas um processo de destravar a comunicação entre os órgãos e limpar as arestas, se tornando quase um processo terapêutico da rede de proteção. Validou o fluxo no coletivo e fez o manual do fluxo, que será encaminhado para os membros do comitê, tanto o nacional como o de Vitória da Conquista-BA.

Passando pela fase 3: Qual a diferença entre um fluxo e um protocolo? Se o fluxo é o caminho percorrido, o protocolo é procedimental, ou seja, o que vai fazer quando recebe essa criança. Trouxe como exemplo o protocolo de Vitória da Conquista-BA que está em fase de finalização. O que deve fazer se houver uma suspeita da criança na escola, se observar que o comportamento está diferente? O que o professor deve fazer? O que fazer quando escuto de alguém que essa menina está sendo abusada sexualmente? Qual o procedimento? Ou qual é o procedimento quando recebe uma revelação? Se chegar ao Conselho Tutelar uma mãe com uma criança, vai escutar apenas uma das partes ou as duas? Vai escutar um a separada da outra? Vai escutar a mãe ou a criança primeiro? Escutar a criança separada ou junto com a mãe? São todos os detalhes mais protocolares mesmo de ação.

Cada segmento escreveu o seu protocolo para submeter ao coletivo. Cada setor escreveu a sua forma de redação, tendo agora uma comissão que está fazendo a sistematização para finalizar o protocolo. Sugeriu que se faça no comitê de Recife, um plano de divisão por segmentos, escolhendo os pontos focais que irão liderar o processo de redação, mas que precisa fazer uma estrutura do protocolo primeiramente e discutir com todos os membros do comitê, vindo em seguida o trabalho laborioso. Percebeu que neste processo em Vitória da Conquista- BA houve um momento que não foi feito nada durante uns meses, por falta de informação. Depois foram atrás do material, fizeram pesquisas encontrando outras informações na rede, fizeram um exercício de transferência de tecnologia para a área e foram formando lideranças por setores, sendo um processo longo e desgastante, imaginou que em Recife será um pouco mais complexo, por não só ter 15 (quinze) conselheiros tutelares, não se tem 03 três (unidades de saúde), não se tem apenas 06 (seis) escolas, então é preciso pensar de como seria e o resultado seria o protocolo.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

No tocante a capacitação, a coordenação executiva precisaria escolher o modelo. Trouxe como ideias: a primeira fazer formação massiva, online para 5.000 (cinco mil) ou 10.000 (dez mil) pessoas. A segunda é acreditar no processo de multiplicadores com 05 (cinco) a 10 (dez) pessoas e estes multiplicam. A Consultoria Interkonexus faria a matriz pedagógica do curso, definindo o programa e as pessoas, e depois alinharia o conteúdo e em seguida fariam a formação. Futuramente será discutida a forma da capacitação, presencial ou online. Em Vitória da Conquista – BA pensou em fazer com 30 (trinta) multiplicadores presenciais, guardando o distanciamento social, e estes 30 (trinta) farão a multiplicação para os demais. É um processo ambicioso de consultoria em longo prazo, é complexo porque envolve toda a cidade do Recife na resposta integrada, mas pode ser feito por fases. Sendo esta proposta pedagógica e metodológica. Essa consultoria é muito personalizada, customizada, artesanal, o que requer um tempo grande de horas. O trabalho será feito por segmentos, eliminando dúvidas, fazendo debates políticos e vai rompendo os obstáculos da rede de proteção, sendo um trabalho lento, mas importante.

Gorete Vasconcelos reforçou a fala de Benedito Rodrigues no tocante de ser um trabalho árduo e longo, mas que terá um resultado positivo para a cidade do Recife, resolvendo de certa forma quase todos os gargalos, avançando consideravelmente. Disse ainda, que o projeto foi pensando de uma forma muito carinhosa, trazendo um pouco do que foi feito em outros municípios. O que foi apresentado para a Childhood Brasil, eles estão verificando a disponibilidade, e que para a Consultoria dar conta, vai precisar da parceria com a Childhood Brasil, porque se sabe que o COMDICA tem limites de recursos e a Childhood Brasil também tem, mas se cada um der uma contrapartida se torna viável. Pontuou que a Consultoria Interkonexus procurou ser bem generosa com o valor da hora trabalhada, para que se torne algo factível.

Benedito Rodrigues reforçou a importância que o Prefeito da cidade do Recife saiba da existência do comitê e apoie, e exemplificou com Vitória da Conquista-BA, onde o engajamento prefeito foi fundamental. Chegou uma hora no fluxo que precisaram se remeter ao prefeito, pois o Tribunal de Justiça da Bahia não tem equipe e nem sala de depoimento especial, que é importante no fluxo, então o prefeito decidiu construir um complexo de escuta protegida para oferecer ao Tribunal de Justiça da Bahia, mas que em Recife não tem esse problema, porque o Tribunal de Justiça de Pernambuco já está adiantado neste sentido. Outro exemplo foi que o prefeito chamou o secretário de educação relatando o apontamento feito sobre a falta de estrutura dentro da Secretaria de Educação para tomar conta dos casos de violência, sendo isso uma prioridade. Então foi um processo de conquista, de negociação, de mobilização e de advocacy que foi criando as condições para irem avançando.

Augusto Souza colocou que a fala para o Prefeito João Campos é que Recife será a capital pioneira no tocante ao fluxo da Lei 13.431.

Diante da colocação de Augusto Souza, Benedito Rodrigues que é algo também ambicioso, que é a cidade livre de violência contra crianças, que vai se conquistando pelo Brasil territórios livre de violências. A violência pode ser prevenida, pode ser evitada e que ir liberando territórios sem violência, o que não significa que os casos de violência não aconteçam, mas que os poucos casos que aconteçam são bem atendidos e bem resolvidos. Então, é a ideia que se pode criar de como se estabelece um padrão mínimo de violência caso venha acontecer, as crianças sejam prontamente e urgentemente atendidas, que o sistema der conta de minimizar a vitimização delas.

Gorete Vasconcelos disse ser um desafio, visto que Recife tem toda a estrutura da política organizada com todos os serviços, mas tanto a análise feita como a pesquisa que foi realizada sobre o COVID-19, e o interessante é que os dados da pesquisa convergem com os dados da análise. Essa pesquisa foi no âmbito nacional e Recife foi a cidade escolhida como estudo de caso, então o que se trouxe na análise aparece na pesquisa, sendo algo bem recente. Essa pesquisa foi realizada com 03 (três) universidades, e a questão de ter as estruturas e estas não funcionarem adequadamente, quando se monta a consultoria, de fato no nível macro vem com o sentido de fazer com que os gestores se empenhem, mas que também no nível micro fazer com que as políticas aconteçam. Relatou a experiência que está tendo no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) na cidade do interior, observando e também em contato com alguns profissionais que trabalham no CREAS de cidades maiores, percebe o quanto é difícil, porque os profissionais que atuam, muitas vezes não sabem o que fazer. Na maioria das vezes não apresentam metodologia de atendimento, o Conselho Tutelar manda o caso que foi solicitado pelo Ministério Público,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

o CREAS faz o relatório para encaminhar ao Ministério Público, mas de fato não faz esse atendimento às famílias, o encaminhamento a saúde, sendo este um problema geral do país. Na cidade do Recife, se tem tudo, até porque quando entrevistou as representantes dos CREAS, pareceu ser mais bem estruturado do que em outras cidades. Como de fato fazer a prevenção na política de assistência e nas demais, e a política especial de fato atender as pessoas. Quando se olha para o relatório e observa a questão da saúde, não tem psiquiatra, psicólogo, uma fila de espera enorme, os centros especializados não dão conta da demanda, sendo várias questões muito importantes que precisam ser resolvidas, porque sem isso, é como se fizesse de conta que se tem uma política, pois essa política não atende os sujeitos.

Eduardo Paysan pontuou que em alguma medida, vem se fazendo esforços para sempre aprimorar o que já se tem. Um dos projetos é a formação do curso Crescer sem Violência que tanto o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Childhood Brasil, ambos são parceiros desse projeto, bastantes qualificada essa formação. Conseguiu ter representação desses vários órgãos, nem que seja uma representação de cada órgão para a rede de proteção nesse sistema de garantia de direitos, sendo a outra parte será com as escolas. Nesse todo que foi colocado, todos sabem do tamanho desse desafio, mas algumas questões remetem a nível hierárquico superior, em nível federal, dessa pactuação do Pacto Nacional pela implementação da Lei 13.431, para que se estructurem os sistemas das várias políticas públicas (saúde, educação, assistência social, SIPIA com o Conselho Tutelar) para se dialoguem entre si. Mas o que for possível de aprender, caminhar com soluções que foi colocada como, por exemplo, 18 de Maio no Distrito Federal, o comitê está para aprender e buscar de acordo com a realidade de Recife. Sabe-se que o próprio SIPIA ainda tem alguns gargalos fortes, que será investido em força máxima para tentar superar. Tudo isso exige comprometimento muito sério de todas/os envolvidos, precisando conquistar esse lugar e que cada um pare de atacar uns os outros enquanto rede de proteção, sempre jogando o problema para o outro. Existe um ponto que será colocado da Lei 13.431, das técnicas e o sentido e valor dela, mas que a mudança de cultura e desse valor integrado, colaborativo, complementar de cada órgão, cada um sabendo a sua parte, e sabendo o que o outro faz é fundamental. Mostrou confiança em Benedito Rodrigues para trazer motivação para quem estiver dialogando na reunião do dia 30/04/2021, na tentativa de trazer secretários, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, Ministério Público e outros, para que se fortaleçam essas lideranças e várias frentes. Para conquistar essas lideranças superiores e o Prefeito João Campos, vai conversar com Elizabete Godinho e Ana Rita Suassuna que também farão a parte delas. O caminho estratégico e avanço do comitê, deve-se de muitas parcerias como UNICEF, o reforço da Childhood Brasil e de tantas outras instituições, acreditando que em um próximo momento com o comitê, possam estar apresentando essa proposta do Comitê de Proteção nas Escolas, já tendo avançado um pouco mais e tratando exatamente neste espaço do comitê de gestão colegiada para que cada um perceba a importância disso, e que já terá passado pela formação dos diversos órgãos do sistema de garantia de direitos. Importante à ideia do curso auto-instrucional, o comitê pode e deve fazer isso através de parceria com o COMDICA, que tem estado em diálogo permanente com a EMPREL (Empresa Municipal de Informática), que está redefinindo o site do COMDICA, podendo colocar uma aba do comitê e trazer todos os matérias que seriam importantes para socializar com toda a rede de proteção, sendo este o papel do Conselho Municipal de Defesa e Promoção, é por isso que o comitê está vinculado a partir da Lei 13.431 ao COMDICA.

Benedito Rodrigues explicou que depois de desenhado esses mecanismos todos, o papel do comitê na formação continuada da rede de proteção e no monitoramento da gestão dos casos, é fundamental. A rede de proteção precisa receber sempre novas injeções, por ter uma rotatividade bem expressiva. Fechando com a Childhood Brasil que tem uma legitimidade no tema e com UNICEF, podemos fazer uma reunião com o prefeito e já sensibilizá-lo.

Josinês Rabelo colocou que faz parte de uma Universidade Privada – Comunitária no agreste, como coordenadora do curso de Serviço Social e que em conversa com Tanany Reis, pensar em um curso de Pós-Graduação e que coloca a Universidade para em caso de se pensar em parcerias, no tocante a uma formação para além do que deveria ser, para que se faça um contraponto como fortalecimento na garantia dos direitos da criança e do adolescente. Disse ainda que o curso em que atua como coordenadora está com uma Pós- Graduação em Gênero, Violência e Direitos Humanos, sendo esta a primeira turma.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Gorete Vasconcelos pontuou que é preciso avançar na questão contratual da Consultoria Interkonexus junto ao COMDICA, definindo as fases para que possam apresentar o que vai acontecer. Disse ainda que, encaminhará para Eduardo Paysan para que possa ver junto com o setor financeiro do COMDICA e faça o contato com o Sr. Itamar da Childhood Brasil. Se existir alguma fase que precise ser postergada, a consultoria fará a adaptação. No tocante ao prazo da consultoria foi de 08 (oito) meses, mas que em conversa com Benedito Rodrigues, perceberam que esse tempo é curto e que, seria de no mínimo 01(um) ano. Foi colocado um prazo para cada fase, dando um total de 08 (oito) meses, mas que não dará conta, sendo melhor aumentar mais esse prazo.

Eduardo Paysan disse que tem como meta tentar até dezembro de 2021, ter os fluxos pactuados e protocolos, tentando inclusive fazer uma publicação básica que nivelasse toda a rede de proteção. A partir disso, vai fazendo formações e outras coisas disseminando.

Roberta Sartori lembrou que na reunião passada, Eduardo Paysan tinha sinalizado que gostaria de fazer uma publicação diagramada com as logomarcas das instituições/órgãos que compõe o comitê. Disse ainda, que não poderia finalizar a reunião sem falar do caso de menino Henry que foi assassinado. Fez menção ao projeto do CENDHEC: Escute as nossas crianças e adolescentes, eles falam a verdade. Um caso que chocou a todas/os e que a cada dia percebe-se que a cada dia os direitos dessas crianças e desses adolescentes estão sendo mais violados, não sendo uma criança que vivia em vulnerabilidade social, apesar desta criança não ser de Recife, mas o trabalho que é desenvolvido é para elas, é importante deixar registrada essa revolta, tristeza e angústia e que apesar de trabalharmos tanto para evitarmos esse tipo de violação, a cada dia vemos mais crianças e adolescentes sendo vítimas, visto que os adultos não escutam o pedido de socorro, não tem paciência. Muitas vezes as crianças estão ali demonstrando, mas os adultos pensam ser mentira por o machucado não está aparente. Então reforça que a reunião não poderia ser encerrada sem que fosse feita esta reflexão. Os adolescentes conseguem se comunicarem de maneira mais fácil e clara, as crianças não, se tornando mais indefesa neste sentido.

Eduardo Paysan falou que foi apropriada a colocação deste caso e que chegou a público justamente por ser um padrão alto, por estar envolvido um Vereador, mas que felizmente conseguiu uma rápida responsabilização e o pai escudou, mas não conseguiu ser hábil suficiente para evitar essa situação. Esse caso puxou também para uma situação coloca, de como regionalmente se iria dar conta desta gestão, reforçando com as técnicas do COMDICA que representam o COMDICA nos GT's de Risco, que acontecem nas Regiões Político Administrativa que acontecem mensalmente na cidade do Recife onde os casos mais complexos são discutidos nesses encontros (saúde, Ministério Público, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, entre outros), sendo ali o lugar de articulação do sistema de garantia de direitos na ponta dando conta desses casos mais complexos, sendo neste sentido o comitê deverá estar em diálogo com essa proteção no concreto dentro do território, podendo vir a fortalecer esse braço do comitê na ponta.

Gorete Vasconcelos falou que no relatório apresentou o GT de Risco como sendo interlocuções positivas na rede de Recife, que está dando certo e que deve ser fortalecida.

Eduardo Paysan lembrou que será preciso calcular o tempo das apresentações e falas dos participantes para a reunião do dia 30/04/2021, ficando conforme sugerido no início desta reunião 03 (três) minutos de fala para ponderações e perguntas, e em caso de necessidade o participante pode se inscrever novamente, para que possam dar a chance de um número maior de participantes se coloquem, e 30 (trinta) minutos para cada apresentação da Consultoria Interkonexus, visto que, o Regimento Interno já foi encaminhado para todos os membros do comitê e conselheiros do COMDICA, e que será apenas para aprovação.

Roberta Sartori explicou que os tramites referentes a contratação da Consultoria Interkonexus, vai ficar a cargo do setor financeiro e coordenação COMDICA, mas que se Gorete Vasconcelos quiser, pode colocá-la em cópia só para que possa acompanhar.

Gorete Vasconcelos explicou que pensou em encaminhar para Roberta Sartori e Eduardo Paysan a proposta, para que ele fizesse a articulação com o Sr. Itamar da Childhood Brasil, para que possam acordar com quanto o COMDICA e quanto a Childhood Brasil vão entrar com o aporte financeiro.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

DELIBERAÇÕES:

1. Pauta do pleno do comitê (30/04/2021):
 - 1.1. Aprovação do Regimento Interno do comitê;
 - 1.2. Retrospectiva das ações do comitê ano de 2020;
 - 1.3. Apresentação Consultoria Interkonexus: Diagnóstico e as estratégias dentro da Lei 13.431;
 - 1.4. Informes.

Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às 16h15min.

Reunião com arquivo de imagem/áudio.

Relatoria e Técnica responsável: Roberta Sartori
17/05/2021